

PANDEMIA E RECRUDESCIMENTO DAS MÚLTIPLAS DESIGUALDADES NO BRASIL

Desde o início do ano de 2020, o mundo tem passado por uma pandemia global, com o surto da covid-19, causada pela variante Sars-CoV-2. Porém, conforme a Organização Panamericana de Saúde (2020), mais do que uma crise sanitária, restrita ao mercado de animais vivos da cidade de Wuhan, a pandemia também tem gerado consequências nas esferas econômica, social e política, aprofundando as desigualdades já existentes.

Até o mês de agosto de 2021, o Brasil contabilizou mais de 578 mil mortes por covid-19. Além disso, segundo os dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2021, o país somava 14,8 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados¹. Ainda, de acordo com o relatório *O vírus da fome se multiplica*, da OXFAM Brasil (2021a, p. 14), “[...] o percentual de brasileiros que vivem em extrema pobreza quase triplicou – de 4,5% para 12,8%. No final de 2020, mais da metade da população – 116 milhões de pessoas – já enfrentava algum nível de insegurança alimentar, das quais quase 20 milhões passavam fome”.

Ademais, a renda continua concentrada e, com a pandemia do coronavírus, esse quadro só se agravou, atingindo o pior nível das últimas duas décadas. Em matéria publicada na CNN Brasil, escrita com base na edição de 2021 do relatório sobre riqueza global, feito pelo banco *Credit Suisse*, Juliana Elias (2021) destaca que, em 2020, 49,6% da riqueza do país foi para 1% da população. Em relação a 2019, os mais ricos detinham 46,9%. Enquanto a maioria das pessoas luta por sua sobrevivência nesse contexto de incertezas, poucos prosperam com oportunidades de negócios à custa, sobretudo, da exploração da classe trabalhadora.

É fato que a pandemia tem afetado toda população, direta ou indiretamente, porém cada um tem enfrentado esse cenário de maneiras distintas, pois o grau de exposição, as capacidades de proteção e as vulnerabilidades variam muito conforme a classe, raça/etnia, faixa etária, gênero/sexo e a distribuição territorial.

¹IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 23 ago. 2021.



As consequências econômicas, sociais e políticas ainda estão em curso, mas, segundo Lara e Hillesheim (2021, p. 62), uma certeza que se pode ter “[...] é que a classe trabalhadora e os segmentos sociais mais vulneráveis [...] [têm sido] profundamente atingidos. [...] Os desempregados, favelados, moradores de rua, comunidades quilombolas, tribos indígenas e trabalhadores informais compõem o contingente mais atingido pela pandemia no Brasil”. Essa pandemia não acabou, portanto tem-se a perspectiva de que essas desigualdades se ampliem cada vez mais.

Também, conforme o relatório *Democracia inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras*, esse recrudescimento das desigualdades se deu devido à crise econômica, iniciada em 2015, agravada com a pandemia e que, desde seu início, tem sido enfrentada através “[...] de medidas de austeridade fiscal, entre elas a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos), que tem impactado o orçamento de políticas públicas sociais, medidas fundamentais para a redução dos indicadores de desigualdade na primeira década e meia do século XXI” (OXFAM BRASIL, 2021b, p. 6).

O vírus chegou no Brasil num cenário de retomada das medidas neoliberais, com um projeto de Estado mínimo para os direitos sociais, o qual vinha se concretizando por meio da EC nº 95/2016, com o corte das despesas públicas primárias; da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, com a contrarreforma trabalhista; e da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, com a contrarreforma da Previdência. Segundo Esther Dweck (2020), no país não faltam recursos, mas, devido ao projeto em curso de Estado mínimo para o social e máximo para os interesses do capital, o que falta é a vontade de canalizá-los para atender às reais demandas sociais.

Mas, apesar do desmonte acentuado desde a EC nº 95/2016, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) têm sido fundamentais para o enfrentamento desse cenário. De acordo com Natália Sátyro e Eleonora Schettini Martins Cunha (2021), através do SUAS, mulheres em situação de violência têm sido acolhidas, famílias que perderam provedores, ou tiveram vínculos rompidos, estão recebendo atendimento e auxílio, e pessoas em situação de desalento têm recebido apoio para retomar sua autonomia. Em relação ao SUS, embora com um colapso relacionado à falta de leitos, medicamentos e respiradores (devido ao sucateamento que já vinha sendo alvo pela falta de investimentos por parte do Estado), verificou-se a importância de o país ter um sistema de saúde gratuito e universal, assegurando o atendimento especializado para grande parte da população que sequer teria condições de fazê-lo se fosse no âmbito privado.

Todavia, se contrarreformas neoliberais não tivessem sido implementadas, certamente a atuação do Estado para enfrentamento dessa pandemia seria mais eficiente e não resultaria nesses dados alarmantes em relação às mortes, aumento da insegurança alimentar, desemprego, entre outras tantas expressões da questão social. Tais contrarreformas, para Dweck (2020), não cumpriram com o prometido; pelo contrário, sucatearam os serviços públicos.

Ademais, como agravante desse cenário, não se pode deixar de mencionar que, desde 2019, o país tem à frente um dos governos federais mais autoritário, conservador, negacionista e obscurantista da história, que desprezou, desde o início da pandemia, as orientações de organizações e profissionais da saúde (LARA; HILLESHEIM, 2021). Trata-se de um governo elitista, que sequer representa os interesses dos diversos segmentos populacionais.

Segundo o relatório da OXFAM Brasil (2021b), existe uma relação entre desigualdades e democracia no Brasil, de modo que a participação e a representação são elementos indispensáveis para garantia de direitos sociais positivados da Constituição Federal de 1988. Nesse mesmo relatório, aponta-se que

[...] as medidas adotadas pelo corpo político do país (como as medidas de austeridade fiscal e o caráter de excepcionalidade das medidas de proteção social do último ano) tem raízes em um quadro de sub-representação de grupos sociais demograficamente majoritários, porém minoritários no campo político, principalmente mulheres e pessoas negras. A desigualdade política tem impacto na desigualdade econômica, que se acentua à medida em que as elites decisórias seguem não refletindo as demandas da diversidade de seus representados.

As mudanças devem ser urgentes, caso contrário a situação pós-pandemia só irá se agravar. Conforme Joel Birman (2020), com a pandemia de covid-19 no Brasil, a precariedade e a desigualdade evidenciaram de forma caricatural e exagerada o corte social extensivo entre as diversas classes sociais “[...] nos diferentes grupos e segmentos [...] e que vai seguramente continuar de forma mais intensa e disseminada na pós-pandemia” (BIRMAN, 2020, p. 98).

Nesse sentido, a fim de contribuir para problematizar essas questões e ampliar o debate a respeito das desigualdades, nesta edição da *Revista Sociedade em Debate*, embora sem um eixo temático específico, mantém-se um alinhamento das produções com artigos voltados para a crítica ao modelo societário atual em suas diversas expressões. Com focos de discussões diversificados, abordam-se temas como o direito à verdade e ditadura, racismo, violência e gênero. No âmbito do trabalho, discute-se sobre a divisão sexual do trabalho, a

dimensão do cuidado no trabalho de idosos, e o trabalho dos jovens, abordando as diversas faces da precarização. Também, com enfoque em questões profissionais e na implementação de políticas sociais, os textos discutem o trabalho social com famílias, voltado a contribuir para o desenvolvimento humano; as políticas públicas de incentivo à sustentabilidade na agricultura familiar; as instituições de ensino superior a partir do que os dados revelam; a formação continuada e educação permanente no Serviço Social e áreas afins; e um relato de experiência sobre a implementação do programa ACESSUAS. Por fim, com temas mais específicos, os textos debatem sobre o acesso e continuidade assistencial na atenção ao câncer de colo de útero e a perda auditiva de configuração descendente.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Maritânia Salette Salvi Rafagnin
Vera Maria Ribeiro Nogueira
Agosto de 2021.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 28 ago. 2021

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

CEPAL. **Informe sobre impacto económico en América Latina y el Caribe de la enfermedad por coronavirus (COVID-19).** 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45602-informe-impacto-economico-america-latina-caribe-la-enfermedad-coronavirus-covid>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DWECK, Esther. Os desafios da pandemia em meio ao desmonte neoliberal no país. **Nexo Jornal**, São Paulo, 4 maio 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Os-desafios-da-pandemia-em-meio-ao-desmonte-neoliberal-no-pa%C3%ADs>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ELIAS, Juliana. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. **CNN Brasil**, São Paulo, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LARA, Ricardo; HILLESHEIM, Jaime. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. In: TAPAJÓS, Luziele; KRÜGER, Tania Regina; JESUS, Edivane de; NEGRI, Fabiana Luiza (orgs.). **Pandemia, políticas públicas e sociedade**. 1. ed. Florianópolis [SC]: Emais, 2021. p. 23-38.

OXFAM BRASIL. **O vírus da fome se multiplica**: uma receita mortal misturando conflitos armados, covid-19 e crise climática acelera a fome no mundo. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021a. 66 p. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-aumenta-no-mundo-devido-a-pandemia-crise-climatica-e-conflitos-armados/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021b. 78 p. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-democracia-inacabada>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Por que a assistência social é essencial para o enfrentamento da covid-19? **Nexo Jornal**, São Paulo, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Por-que-a-assist%C3%A2ncia-social-%C3%A9-essencial-para-o-enfrentamento-da-covid-19>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Maritânia Salete Salvi Rafagnin

mari.salvi@gmail.com

Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos e Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas. Bolsista da CAPES.

Vera Maria Ribeiro Nogueira

veramrn@gmail.com

Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.